

REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO CULTURAL E O PAPEL DA ESCOLA: A EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA EM DOIS CURSOS DE EXTENSÃO

MARCOS NATANAEL FARIA RIBEIRO

Técnico em Assuntos Educacionais do IFSP – Câmpus São José dos Campos; doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Diversidade, Cultura e Educação da Unifesp; marcos.sjc@ifsp.edu.br

RESUMO

Realizados no ano de 2018, os cursos de extensão “*Formação cultural, preconceito e educação*” e “*Qual escola: formação ou barbárie?*” tiveram como objetivo primordial provocar reflexões sobre os fundamentos e os caminhos da educação escolar contemporânea a partir dos estudos de pesquisadores da Teoria Crítica da Sociedade. Baseado nessas formulações, fomentou-se discussões sobre as relações entre a educação escolar e a sociedade brasileira, enfatizando-se os problemas estruturais desta, o expressivo aumento do assédio de movimentos ditos ‘conservadores’ sobre as pautas culturais e o papel da escola e dos educadores neste momento histórico.

PALAVRAS-CHAVE:

Formação cultural; educação escolar; preconceitos; movimento Escola sem Partido; Teoria Crítica da Sociedade.

ABSTRACT

Performed in 2018, the extension courses “Cultural formation, prejudice and education” and “Which school: formation or barbarism?” had as their primary objective to provoke reflections on the foundations and ways of contemporary school education from the studies of researchers of the Critical Theory of Society. Based on these formulations, discussions were fostered on the relationship between school education and Brazilian society, emphasizing its structural problems, the significant increase in harassment of so-called ‘conservative’ movements on cultural agendas and the role of school and educators at this historical moment.

KEYWORDS:

Cultural formation; school education; prejudices; Escola sem Partido movement; Critical Theory of Society.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira foi, nos últimos anos, tomada por um súbito aumento de conflitos ideológicos que enfatizam e reeditam brutalidades presentes em todo o processo histórico de desenvolvimento do país, além de demarcarem um patente incômodo de alguns grupos em relação aos avanços sociais ocorridos especialmente a partir dos anos 2000 – a saber: maior visibilidade conferida a parcelas da população historicamente discriminadas e invisibilizadas; democratização de espaços antes somente ocupados por pequenos e elitizados conjuntos de pessoas; identificação e combate de violências até então naturalizadas; questionamento das hierarquias sociais postas e suas estratégias de autoperpetuação; entre outros. Há, pelo menos, meia década temos presenciado uma acelerada retração dos espaços democráticos, os quais ainda estavam sendo vagarosamente reconstruídos e consolidados após o fim oficial, na década de 1980, da ditadura civil-militar (CHAUÍ, 2013; FBSP, 2017; GALLEGÓ, 2018; IPEA/FBSP, 2019).

Durante o período de tentativa de estruturação de contextos democráticos no Brasil, as instituições educacionais vinham desempenhando um papel crucial ao terem, nos últimos anos, se colocado de maneira mais acessível a populações ainda hoje privadas ou rechaçadas desse ambiente,

e por empreenderem o debate de importantes pautas que evidenciam e põem em xeque tal exclusão. Entretanto, parece ser também devido a isso que são, atualmente, as escolas e as universidades os grandes alvos da movimentação de setores sociais autointitulados ‘conservadores’ que visa reinstaurar, autoritariamente, o cerceamento de debates, de visibilidades e das ocupações espaciais e simbólicas em curso no país. Não a toa, movimentos como o *Escola sem Partido* advogam a necessidade de moralizar – com base em seus próprios cânones, fortemente ancorados no patriarcalismo, no sexismo e no fundamentalismo religioso – o campo escolar e as práticas pedagógicas nele desenvolvidas em nome de uma pretensa ‘neutralidade político-ideológica’.

Nesse sentido, como uma resposta ao atual momento de enfraquecimento das disposições democráticas e ao recrudescimento das perseguições de cunho sociopolítico a pessoas que questionam, particularmente nos meios escolares, os sistemas de manutenção de privilégios, de desigualdades sociais e de opressões vigentes há séculos no Brasil, foram desenvolvidos ao longo do ano de 2018, em consonância com as políticas de extensão mantidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, dois cursos que objetivaram suscitar reflexões acerca das relações entre a sociedade brasileira hodierna, seus acontecimentos mais recentes e o papel das instituições educacionais. A concepção e o desenvolvimento de tais cursos alicerçaram-se em escritos de autores da Teoria Crítica da Sociedade, especialmente daqueles formulados por Theodor W. Adorno – filósofo que destaca que os elementos sócio-históricos que fomentaram toda a barbárie nazifascista da primeira metade do século XX, infelizmente, não findaram em 1945, permanecendo latentes no mundo contemporâneo. Assim, segundo Adorno (2003, p. 121), a tarefa de educar em uma sociedade que ainda se organiza em função do modo de produção capitalista teria sentido “unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica”, sendo fundamental o fomento ao desenvolvimento da resistência, individual e coletiva, aos elementos que tornaram possíveis as aberrações corporificadas em Auschwitz. A luta contra esses elementos e condições deveria ser, portanto, a meta primeira de uma educação que se direcione à efetivação da plenitude da vida humana.

MÉTODOS, RESULTADOS E ANÁLISES

O primeiro dos cursos de extensão empreendidos e aqui retratados, denominado *Formação cultural, preconceito e educação*, orientou-se pela abordagem dos conceitos ‘formação cultural’ – *Bildung*, na formulação apresentada por Adorno (2003; 2005; 2008) –, ‘preconceito’ – este amparado nos escritos de Horkheimer e Adorno (1973), Horkheimer (1976), Adorno e Horkheimer (2006) e Crochík (1996; 2006)

– e as relações estabelecidas entre estes em nossa dinâmica social. Entende-se aqui, de maneira resumida e ancorada nas referências citadas, a formação cultural como composição individual resultante dos múltiplos e diferentes processos educativos, interações e experiências que uma pessoa pode desenvolver ao longo de sua trajetória, e os preconceitos como pré julgamentos (frequentemente infundados e/ou desconectados de uma base material/real) que agem estreitando a percepção, o pensamento e a compreensão sobre si próprio, sobre o mundo ao redor e sobre as relações que nele se dão. Fundamentado nesses autores e também em outros que investigaram os meandros da sociedade brasileira (CHAUÍ, 2013; AÇÃO EDUCATIVA, 2016; TELES, 2017), foi possível, então, debater o momento brasileiro de intensa polarização, destacando nossa ainda deficitária assimilação dos princípios democráticos e nossa longa tradição autoritária sustentada e reforçada pelo cultivo e aceitação de preconceitos que estruturam, com habitual uso da força e da violência, nossas hierarquias societárias. Destarte, uma provocativa questão permeou o curso: sabendo que nas instituições escolares ainda há grande circulação e, não raro, referendamento de preconceitos (MAZZON, 2009), qual seria, no presente cenário, o papel da escola enquanto importante instância de formação cultural, tanto por seu significado simbólico quanto por sua vasta capilaridade social?

Realizado no primeiro semestre de 2018, esse curso compôs-se de doze encontros distribuídos em doze semanas, tendo cada um deles duração de duas horas e trinta minutos. As práticas pedagógicas, desenvolvidas no espaço da Biblioteca Pública Cassiano Ricardo, no município de São José dos Campos, envolveram aulas expositivas com apresentação de conceitos científicos e trechos de obras audiovisuais, além da recomendação de leituras de textos acadêmicos e reportagens vinculados ao tema principal de cada encontro, que conduziam a debates e reflexões sobre as realidades educacionais vividas cotidianamente pelos participantes.

Já na primeira aula os cursistas foram convidados a responder, de acordo com suas percepções prévias, a duas questões: 1) o que eu penso a respeito da formação cultural e dos preconceitos?; 2) como eu imagino que esse curso poderá me ajudar em relação a essas questões? As respostas dos participantes foram guardadas em envelopes e, na última aula do curso, foi solicitado que os respondentes retomassem as mesmas questões. Somente após esse segundo momento as folhas com as primeiras respostas foram devolvidas aos participantes para que comparassem as elaborações das duas ocasiões e pensassem sobre o percurso construído e sobre a possibilidade de amadurecimento de ideias e conceituações (figura 1). Além dessa etapa autoavaliativa, cada participante integrou a composição e a

apresentação, em grupo, de um seminário sobre um tema livre envolvendo elementos tratados ao longo do curso (figura 2). A avaliação dos seminários foi realizada conjuntamente pelos participantes que assistiram às apresentações e pelo mediador do curso.

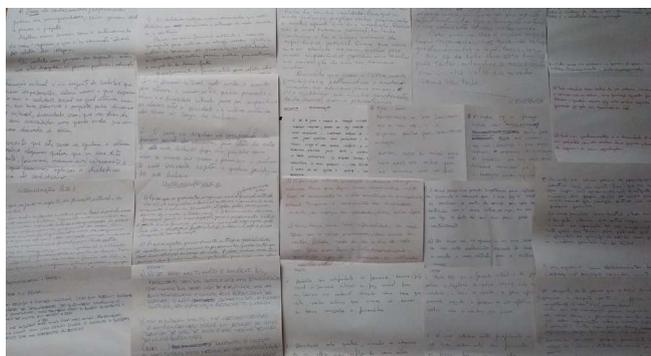


Figura 1: Autoavaliação realizada em dois momentos pelos participantes.

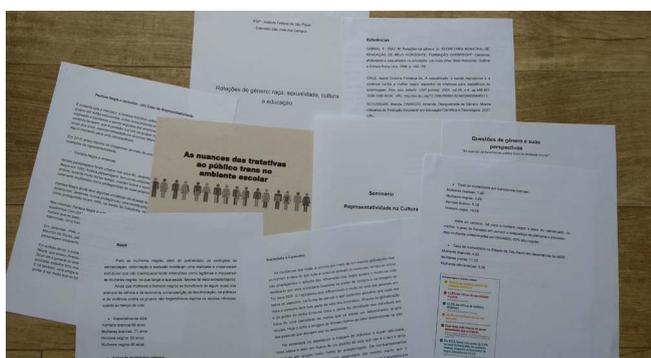


Figura 2: Temas tratados nos seminários realizados pelos participantes.

As temáticas estudadas mostraram-se bastante relevantes, de acordo com os relatos dos participantes – em sua maioria, educadores vinculados à rede pública escolar do município de São José dos Campos e região, embora tenham participado também estudantes universitários, profissionais de outras áreas (Serviço Social, Psicologia e Publicidade) e demais interessados. Durante os três meses de curso, houve desistência de apenas três dos vinte matriculados (duas pessoas justificaram a evasão em razão de incompatibilidade de horário com vagas de trabalho que assumiram no decorrer do curso).

De modo geral, as considerações avaliativas feitas pelos participantes destacaram como bastante formativas as discussões promovidas. Além de reforçarem a importância de implementar mais diálogos, nas escolas e na sociedade como um todo, sobre os preconceitos e suas consequências, os participantes afirmaram que após o curso tornaram-se mais atentos à necessidade de ponderação contínua sobre a articulação entre os referenciais educacionais, o direcionamento político adotado (considerando que nossos atos sempre carregam consigo uma intenção política), as conexões criadas e os resultados provocados direta ou indiretamente.

Como crítica ao curso, o maior destaque foi dado à carga horária (total de trinta horas). Segundo as considerações de seis dos concluintes, a duração total poderia aumentar, visando maior aprofundamento de alguns conceitos.

A partir da experiência positiva, e após a manifestação de interesse de alguns participantes em continuar estudando questões da ordem do dia na educação, foi proposto o minicurso *Qual escola: formação ou barbárie?*, realizado no início do segundo semestre de 2018, também nas dependências da Biblioteca Pública Cassiano Ricardo (figura 3).



Figura 3: Participantes do minicurso “Qual escola: formação ou barbárie?”.

Esse minicurso, composto de três encontros com duração individual de duas horas e trinta minutos, centrou-se na discussão do recente assédio ideológico sofrido por educadores escolares e universitários a partir da ascensão de movimentos reacionários como o Escola sem Partido – endosso, aqui, o posicionamento de Fernando Penna (2018, p. 112) que afirma ser reacionário o discurso do Escola sem Partido “porque ele constitui uma reação aos avanços que o Brasil experimentou nas últimas décadas em suas políticas públicas educacionais” – e da maior disseminação e penetração social de ideais arbitrários e falaciosos como aquele denominado ‘ideologia de gênero’.

As ações do Escola sem Partido, bem como as visões que esse movimento difunde, atacam, preferencialmente, concepções pedagógicas progressistas, comprometidas com o debate democrático, com o questionamento de desigualdades e opressões históricas e, por conseguinte, com a construção de uma escola e uma sociedade mais plural e humanizada. Tais concepções, baseadas em investigações empreendidas por pesquisadores e centros de estudo mundialmente reconhecidos por sua seriedade, vêm sendo difamadas e desacreditadas por esses movimentos ditos ‘conservadores’ em nome da manutenção de uma sociedade estratificada e autoritária; assim, para que esses movimentos alcancem seu intento de paralisar as mudanças sociais, é preciso constranger as instituições educacionais para que não mais discutam as contradições do mundo presente e não reconheçam seu papel político de

construção, reavivamento e consolidação de valores de sustentação de uma sociedade verdadeiramente livre, justa e solidária – tal como preconizado nos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988). A tática utilizada pelo Escola sem Partido e seus apoiadores é a instauração de um verdadeiro pânico moral na sociedade, que alimenta a censura e a animosidade entre escolas e famílias e que vem causando grande instabilidade e prejuízo às relações pedagógicas (AÇÃO EDUCATIVA, 2016; PENNA, 2018; JUNQUEIRA, 2019). Atento a essas questões e seguindo o caminho trilhado no curso anterior, o minicurso procurou suscitar reflexões e debates sobre qual tipo de escola e de educação nós, educadores, de fato desejamos e reforçamos através da aceitação e veiculação de determinadas ideias e, principalmente, por meio de nossas posturas e ações político-pedagógicas.

Também os participantes desse minicurso forneceram, através de comentários e do preenchimento da ficha de avaliação de atividades de extensão, boas avaliações sobre a ementa, sobre o desenvolvimento das aulas e sobre o curso como um todo. Os cursistas enfatizaram a importância do esclarecimento, de modo fundamentado, das pautas incessantemente defendidas pelo Escola sem Partido sobre as quais pairam, ainda, muitas dúvidas que acabam fazendo com que educadores sintam-se inseguros, especialmente em relação aos aspectos jurídicos envolvidos na atividade docente.

Interessa destacar, ainda, que entre os comentários expressos pelos participantes ao avaliarem ambos os cursos havia menções à baixa oferta, na região de São José dos Campos – conhecida como um dos mais importantes polos tecnológicos do país –, de cursos públicos de formação continuada voltados à educação e às Ciências Humanas em geral, fato que reforça a necessidade de se formarem novas turmas e de se construir novas propostas que abordem outros temas dessas áreas do conhecimento no município em questão, de modo a cumprir, assim, os dispositivos legais que orientam os Institutos Federais a apoiar as escolas públicas e seus profissionais e, também, atuar no desenvolvimento local e regional (desenvolvimento este que também está vinculado à melhoria da qualidade da educação pública).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual momento histórico brasileiro é perturbador, pois se apresenta carregado de discursos e ações que contrariam e ameaçam os avanços civilizatórios que vínhamos construindo nas últimas décadas. Contudo, é preciso reconhecer que tais reações, intimidações e violências decorrentes são elementos recorrentes da dialética de uma sociedade contraditória como a nossa. Conforme alertado por Walter Benjamin (1987, p. 226), “a tradição dos oprimidos

nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral”. Nesse sentido, é papel da educação e dos educadores interessados em romper com o ordenamento societário frisado por Benjamin ampararem-se, encorajarem-se, fazerem-se presentes nos espaços sociais, já que, conforme defendido por Adorno (2003, p. 117), a contraposição à barbárie instaurada é uma tarefa essencial da escola e somente ela, enquanto instância onde se dá a educação formal e parte extremamente relevante da formação cultural dos indivíduos, poderia “apontar para a desbarbarização da humanidade, na medida em que se conscientiza disso”.

Evidenciar as cruzeiras presentes em nossa cultura e ponderar sobre formas e possibilidades de resistência à barbárie cotidiana foi o mote das experiências realizadas nos referidos cursos e descritas neste texto. Assim, ressalta-se, aqui, o compromisso político da educação pública que: age em prol da construção efetiva de uma sociedade democrática e plural; não se abate diante da hostilidade e do medo fustigados pelo obscurantismo e seus agentes; reconhece as falhas estruturais às quais estamos submetidos, reflete sobre as causas destas e busca perenemente superá-las.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. 168p.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. 190p.

_____. Teoria da semicultura. **Primeira Versão**, ano IV, n. 191, v. XIII. Porto Velho: Eudfro, 2005, p. 2-19.

_____. **Minima Moralia**: reflexões a partir da vida lesada. Tradução de Gabriel Cohn. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. 263p.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 223p.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura – Obras escolhidas, vol. I. Tradução de Sérgio P. Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

CHAUÍ, M. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. In: ROCHA, A. (org.). **Manifestações ideológi-**

cas do autoritarismo brasileiro – volume 2. Belo Horizonte/São Paulo, Autêntica Editora/Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 147-237.

CROCHÍK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. 174p.

_____. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas em Psicologia**, n. 3, p. 47-70, 1996. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300004>. Acesso em: 23 mar. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil**: índice de propensão ao apoio à posições autoritárias. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 39p.

GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, 117p.

HORKHEIMER, Max. Sobre el prejuicio. Tradução de Joan Godo Costa. In: _____. **Sociedad em transición**: estudos de filosofia social. Barcelona: Península, 1976. p. 179-185.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Temas básicos de sociologia**. São Paulo: Ed. Cultrix e Editora da USP/SP, 1973, 205p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLI-

CA (FBSP). **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. 116p.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 135-140.

MAZZON, José Afonso (coord). **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual** – relatório analítico final. São Paulo: MEC; INEP; FIPE, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: GALLEGGO, Esther Solano. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 109-113.

TELES, Edson. Estratégias da violência se fundam no genocídio de negros, pobres e mulheres. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Edição 121, setembro 2017. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/estrategias-da-violencia-se-fundam-no-genocidio-de-negros-pobres-e-mulheres/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.